



MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO
CNPJ 88.610.191/0001-54
NIRE 35300342011
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Mundial S/A – Produtos de Consumo, no termos do que dispõem a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da sociedade, vem propor a V. Sas. o que segue.

Parecer do Conselho de Administração, enviado a CVM na publicação do balanço.

O Conselho de Administração da Mundial S.A. – Produtos de Consumo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, Directa Auditores, com data de 20 de março de 2012, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Eleger os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal nos termos do que dispõe o Estatuto Social da companhia.

São Paulo,

A Administração

Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481, apresentamos a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480), da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP da Empresa já foram arquivadas na CVM no dia 31 de março de 2012 e estão disponíveis para consulta no *website* da Mundial S/A.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A desaceleração da economia brasileira no fim do ano passado levou a um pior desempenho do consumo. Ao contrário das projeções traçadas ao final de 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 somou apenas 2,7%, quase um terço da expansão de 7,5% observada em 2010. Os dados do IBGE mostram que o consumo das famílias registrou o pior resultado desde 2004, com incremento de 4,1%. Em 2010, o indicador registrou alta de 6,9%.

O comportamento cauteloso do consumidor influenciou negativamente a demanda por nossos produtos, prejudicando nossas metas. A indústria de confecção foi bastante afetada. No ano de 2011, houve crescimento de 0,2% na indústria de transformação, uma queda de 14,9% no segmento têxtil e de 4,4% no vestuário, na comparação com 2010 (dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT), atingindo sensivelmente os produtos manufaturados pela Mundial. Diante dessa conjuntura desfavorável, a Mundial mostrou retração das receitas.

Durante o ano, a Mundial manteve-se firme no propósito de redução da dívida fiscal e adequação de sua estrutura de capital. Ao final do mês de setembro, foi divulgada ao mercado a alienação judicial de dois imóveis não operacionais na cidade de Porto Alegre, cujo produto da venda será destinado integralmente ao programa de amortização acelerada da dívida fiscal. Os pagamentos por parte do comprador estão sendo realizados nos termos do acordo firmado. Concluída a quitação da última parcela, será procedida a imputação dos valores aos débitos relacionados pela Receita Federal.

Outro importante passo foi dado no início de março deste ano, com a conversão da totalidade de ações preferenciais da Mundial em ações ordinárias, na proporção de 0,8 ação ordinária para cada ação preferencial, aprovada na Assembleia Geral, de 19 de janeiro de 2012. A conversão das ações é mais uma etapa concluída para elevar nosso nível padrão de Governança Corporativa com o compromisso de fortalecimento das práticas no relacionamento com o mercado de capitais. A unificação das ações é um facilitador para a capitalização da empresa, conforme contrato firmado com o YA Global Investments BR, LLC, fundo de investimento gerido pela Yorkville Advisors, em julho de 2011.

Nosso objetivo é manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios e das atividades da Mundial. Assim, a empresa direciona seus esforços para aderir ao segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, já tendo adaptado seus Estatutos Sociais às exigências deste segmento de listagem. Sabemos que para conseguir atingir nossas metas, é essencial a confiança de nossos colaboradores, investidores e clientes. Portanto, não poderíamos deixar de agradecer a todos que depositaram sua confiança na companhia.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia não há possibilidade de resgate de ações ou quotas.

c. fontes de financiamento para capital de giro e para compromissos financeiros assumidos

A situação patrimonial e financeira da Companhia é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	(399)	8.390	14.845	15.439
Lucro (prejuízo) do período	(22.965)	18.719	(40.113)	12.897
Capital de giro	(171.573)	(104.310)	(144.048)	(116.624)

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia tem utilizado financiamentos para capital de giro e para investimentos com instituições financeiras de renome.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia celebrou em 14 de julho de 2011 um *Stand-by Equity Distribution Agreement* (“SEDA”) com a *YA Global Investments BR, LLC*, um fundo de investimento gerido pela *Yorkville Advisors, LLC*, de nova Nova Jersey, EUA. SEDA é um contrato de subscrição de ações com preço diferido. O contrato celebrado com o Fundo preve a obrigação firme do Fundo, sujeito ao direito de preferência dos acionistas de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em consonância com a Lei 6.4.04/76, em subscrever ações em emissão privada da Companhia até o montante de

US\$ 50 milhões a ser implementado em tranches (emissões), durante o período de 2 anos, à critério da Companhia por deliberação de seu Conselho de Administração. O preço de cada emissão será calculado levando-se em consideração o maior valor entre (i) o equivalente à 97% da média, ponderada pelo volume, das 3 menores cotações diárias durante o período de 10 dias seguidos de negociação a partir do recebimento pelo Fundo da requisição de subscrição feita pela Companhia ou (ii) o menor preço por ação determinado pelo Conselho de Administração para cada emissão. O Fundo irá subscrever o saldo de ações não subscrito pelos acionistas que vierem a declinar do seu respectivo direito de preferência. A Companhia entende e acredita que este acordo irá fortalecer a sua base acionária além de promover a dispersão acionária. A Companhia optou por aguardar o processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias para a realização do primeiro aporte do acordo, que deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2012.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante. Referem-se basicamente a captações de recursos, atualizados no mercado interno pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Todos os contratos estão atualizados e reconhecidos até 31 de dezembro de 2011 a valor de mercado, estando as aplicações financeiras mencionadas na nota explicativa 4 mantidas em reciprocidade aos empréstimos aqui descritos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Capital de giro - CCB	63.829	46.653	79.383	64.950
Capital de giro - CCB (destinado a investimer	2.196	12.174	2.196	12.174
Capital de giro em moeda estrangeira	4.279	1.730	4.279	1.730
Capital de giro - Conta Garantida	19.277	27.709	19.277	39.564
Capital de giro -CCE- NCE	33.833	30.194	33.833	30.194
CCB - Cheque Empresa	3.408	-	4.310	-
Adiantamento de contrato de câmbio	5.701	6.043	5.701	6.043
Arrendamento Mercantil	2.206	1.906	3.342	1.906
Finame	-	-	576	1.055
Títulos descontados/saque exportação	17.365	16.220	22.090	16.760
	152.094	142.629	174.987	174.376
Passivo circulante	145.965	133.727	167.532	163.972
Passivo não circulante	6.129	8.902	7.455	10.404
	152.094	142.629	174.987	174.376

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 22 meses e

foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,73% a.m..

O empréstimo de capital de giro – CCB, destinado a investimento, está garantido por NP's e aval. Esse empréstimo tem prazo de 1 mês e foi negociado à taxa de CDI+1%.

O empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira está garantido por aval. Estes empréstimos têm prazo de até 4 meses e foram negociados à variação cambial + 11% a.a..

Os empréstimos de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 4 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,87% a.m..

Os empréstimos de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 21 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,77% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 3,39% a.m..

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas de mercado interno e a própria exportação. Estes financiamentos têm prazo de até 11 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 7,07% a.a..

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 56 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,29% a.m..

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 13 meses e foram negociados à taxa média de CDI + 0,75% a.m..

Os financiamentos Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos têm o prazo de até 41 meses e foram negociados à taxa de TJLP 100% + taxa média de 0,42% a.m..

Laboratório Avamiller:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 11 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,76% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 8,65% a.m..

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 48 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,39% a.m..

Mundial Distribuidora:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 10 meses e foram negociados à taxa média de CDI + 0,77% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 1 mês e foram negociados à taxa média de CDI + 4,13% a.m..

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	4.965	5.390
2014	391	820
2015	304	482
2016	469	763
	6.129	7.455

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dos limites de créditos já aprovados a Companhia utiliza em média 87% dos fundos para suas atividades de financiamento.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Indicadores – Consolidados

R\$ mil	Acumulado 2011	Acumulado 2010	Varição
	(a)	(c)	(a) / (c)
Receita Bruta	479.058	488.705	<i>(2,0%)</i>
Receita Líquida	363.699	365.484	<i>(0,5%)</i>
Lucro Bruto	114.258	118.547	<i>(3,6%)</i>
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>31,4%</i>	<i>32,4%</i>	<i>(0, p,p,)</i>
EBIT – Resultado Operacional	35.384	23.353	<i>51,5%</i>
EBITDA	48.933	37.000	<i>32,3%</i>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>13,5%</i>	<i>10,1%</i>	
Lucro (Prejuízo) Líquido	(40.113)	12.897	<i>(411,0%)</i>
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-11%</i>	<i>4%</i>	<i>(0,1 p,p,)</i>
Dívida Bruta	198.862	200.443	<i>(0,8%)</i>

Desempenho Econômico Financeiro - Consolidado

Receita

Nossos produtos são destinados principalmente ao mercado interno, mercado este marcado pela desaceleração do consumo. O cenário interno mais desafiador resultou na retração das vendas e, por consequência, na queda das receitas. O faturamento bruto atingiu R\$ 479,1 milhões em 2011, o que representou uma redução de 2,0% em comparação com R\$ 488,7 milhões registrados em 2010. A receita anual líquida mostrou uma leve redução (0,5%) frente aos R\$ 365,5 milhões registrados em 2010, atingindo R\$ 363,7 milhões.

Custos e margem bruta

A elevação dos preços dos insumos pressionou os custos da Mundial, comportamento parcialmente compensado pelo programa de corte de custos. Mesmo assim, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) atingiu R\$ 249,4 milhões no ano de 2011, acima dos R\$ 246,9 milhões registrados em 2010. A política de forte controle de custos conteve o aumento da relação entre custo e receita diante da alta dos insumos. Os custos representaram 68,6% da receita líquida em 2011, contra 67,6% em 2010.

Os custos maiores frente à queda das receitas levaram a uma redução de 3,6% no lucro bruto anual da Mundial. Em 2011, o lucro bruto ficou em R\$ 114,3 milhões, enquanto no ano anterior, o indicador foi de R\$ 118,5 milhões. A margem bruta da Mundial recuou um ponto percentual, de 32,4% em 2010 para 31,4% no ano de 2011.

Despesas Operacionais

A Mundial segue focada na revisão de processos e sistemas, procurando identificar pontos de melhorias que resultem em novos cortes de custos e despesas. O programa de aprimoramento da eficiência operacional mostrou importantes resultados ao longo de 2011. As despesas operacionais recuaram trimestre a trimestre. O total de 2011 somou R\$ 99,4 milhões, 3,6% abaixo do registrado no ano anterior, R\$ 103,1 milhões.

A redução das despesas seria maior, caso não tivessem sido registrados dois eventos não-recorrentes, que estão contabilizados na linha outras despesas operacionais. A Mundial reconheceu o montante de R\$ 5,6 milhões no primeiro semestre de 2011, referente à baixa dos créditos tributários, cuja probabilidade de ganho foi definida pelo jurídico como remota. Em dezembro de 2011 a Mundial procedeu a baixa do ágio, no valor de R\$ 13,4 milhões, registrado na expectativa de rentabilidade futura do investimento realizado na controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.

A venda de imobilizado, no valor de R\$ 35,5 milhões, teve efeito positivo no resultado consolidado de R\$ 16,8 milhões. Esse valor refere-se à operação de alienação de terrenos e prédios situados em Porto Alegre, mediante acordo entre a Mundial e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para quitação de tributos federais em sete parcelas iguais e consecutivas, que serão depositadas em juízo pelo adquirente.

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu em 2011 o valor de R\$ 48,9 milhões, representando crescimento de 32,2%, quando comparado ao valor obtido no ano de 2010, que somou R\$ 37,0 milhões. O forte crescimento está relacionado à venda de imobilizado, que provocou um incremento de R\$ 19,4 milhões no EBITDA de 2011. A margem EBITDA subiu de 10,1% em 2010 para 13,5% em 2011. O EBITDA ajustado, que não contempla a venda do imobilizado, somou em 2011, R\$ 32,2 milhões, o que representa queda de 23,5% na comparação com os R\$ 42,1 milhões registrados no ano de 2010.

Resultado Financeiro

Em 2010, o resultado financeiro havia sido positivo em R\$ 18,3 milhões. Já em 2011, o indicador mostra uma perda de R\$ 52,9 milhões. A piora do resultado ao longo de 2011 está relacionada à queda das receitas financeiras, de R\$ 90,5 milhões para R\$ 35,6 milhões e ao aumento das despesas com capital de giro. As despesas com giro passaram R\$ 34,8 milhões em 2010 para R\$ 50,4 milhões. Esse valor contempla as despesas com empréstimos tomados para financiamento de capital de giro e pagamento de juros referentes a debêntures não-conversíveis emitidas pela Mundial em 16 de março de 2006.

Endividamento fiscal

Os valores registrados a título de Outras Despesas Financeiras, de R\$ 38,0 milhões no ano, são referentes às atualizações do passivo tributário. O endividamento fiscal registrou crescimento ao longo do ano, atingindo R\$ 509,3 milhões. O aumento do passivo tributário é justificado pela decisão da Mundial de aguardar a finalização de

todas as tratativas que envolvem o processo de alienação dos imóveis não-operacionais para, somente então, apurar a imputação dos valores para amortização do passivo fiscal. A Mundial informa que as tratativas estão sendo ultimadas, de forma que, ao longo dos próximos meses, todos os imóveis alienados possam ser utilizados para a amortização do passivo fiscal. A amortização acelerada da dívida fiscal é parte fundamental do projeto de reorganização estrutural da Mundial S/A.

Resultado Líquido

O resultado do ano foi negativo em R\$ 40,1 milhões, comparado a um lucro de R\$ 13,0 milhões em 2010. O prejuízo registrado no ano não está relacionado com a atividade operacional da Mundial, mas principalmente à piora do resultado financeiro. Os eventos não-recorrentes, explicados acima, no item despesas operacionais, também tiveram influência no prejuízo anual. A questão é melhor entendida, quando se compara o lucro bruto com o valor das despesas financeiras, que representam 44,0% do mesmo. As despesas financeiras com capital de giro superam o prejuízo registrado no ano de 2011, no valor de R\$ 50,4 milhões. Situação que deve ser revertida após a capitalização da Mundial.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os valores que afetaram o resultado operacional da Companhia em 2011, foram a alienação do imobilizado que resultou um ganho de R\$ 11.156, e a baixa do ágio de investimento que gerou uma perda no valor de R\$ 13.360, com a baixa de créditos tributários no valor de R\$ 5.612.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os comentários referentes às condições financeiras e patrimoniais e os resultados das operações dos negócios da Companhia já foram apresentados no item anterior desta seção.

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não teve nenhum evento societário citado neste item no último exercício social.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis para o período em análise;

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a Companhia.

c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Companhia apresenta situação patrimonial e financeira que requer forte gestão administrativa e financeira refletida no desequilíbrio de seu capital de giro.

A Companhia possui créditos a receber de empresas relacionadas, no valor de R\$ 364.475 mil, demonstrado no realizável a longo prazo, cuja recuperação é incerta, tendo em vista a situação patrimonial e financeira daquelas empresas, que apresentam capital de giro negativo e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Estes fatores são indicativos de que a continuidade normal das operações da Companhia depende do êxito das medidas relacionadas e praticadas pela Administração. As demonstrações contábeis não incluem ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas em regime normal de o operações.

A Companhia possui créditos tributários e judiciais, reconhecidos no ativo não circulante, para os quais o reconhecimento e realização definitivas dependem de decisão favorável de processos e negociações em andamento. A Administração e os advogados da Companhia entendem que existem efetivas possibilidades de obtenção de decisão favorável nos processos, razão pela qual não foram registradas provisões sobre tais valores.

A Companhia mantém os saldos contábeis relativos às suas obrigações fiscais e sociais de acordo com seus controles internos, que refletem as posições devedoras relativas àquelas obrigações. Os valores apresentados pela Receita Federal do Brasil, relativos aos impostos inscritos no programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09 e pela Caixa Econômica Federal, relativos aos encargos sociais inscritos em programas de parcelamentos, apresentam valores divergentes em relação aos saldos contábeis da Companhia. Atualmente, estão sendo conduzidos procedimentos administrativos e judiciais buscando a adequação entre estas posições divergentes.

A Companhia encontra-se incluída no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através de decisão judicial. Os consultores jurídicos entendem que os argumentos e

suporte documental apresentados em suas defesas são suficientes para permitir a obtenção de decisões definitivas favoráveis.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para realização de estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As práticas contábeis adotadas pela companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, a companhia adotou a mudança nas práticas contábeis, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR.

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

Os controles internos em prática da Companhia sobre elaboração e apresentação de Relatórios Financeiros visam fornecer segurança a respeito

da confiabilidade na preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis divulgadas.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício de 2011.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2011.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia investiu em ampliação de capacidade durante o ano de 2010 e manteve os investimentos durante o exercício de 2011. Os investimentos totalizaram R\$ 19,4 milhões. O objetivo da Mundial é incrementar a presença no segmento de *Personal*



Care por meio do lançamento de novos produtos, bem como do fortalecimento da presença em pontos de venda em ações de *trade marketing*. Além disso, pretende consolidar a distribuição da marca Impala em conjunto com a marca Mundial e, desta forma, incrementar a participação no segmento de cuidados de pés e mãos.

Os investimentos visam também fortalecer a liderança em Fashion Fasteners com novas linhas de produtos voltadas para os mais diversos segmentos de confecção, com ênfase na elevada capacidade de customização de produtos. Novos produtos devem ser lançados ao longo de 2012 nessa divisão.

Além disso, o objetivo é expandir a exportação a partir da Mundial na Ásia, em Hong Kong, de forma a ampliar a presença de suas marcas em mercados competitivos tais como EUA, Europa, Ásia e alguns países da América Latina.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos projetos com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael L. Ceitlin	30-06-61	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	27-05-2011	1 ano	Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores	sim
Paulo R. Leke	18-07-42	Economista	001.986.760-34	Vice-Presidente	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
José Maria C. Henriques Soares	15/06/40	Administrador de Empresas	011.277.727-91	Conselheiro	19/01/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
Edson Queiroz Barcelos Jr.	17-11-75	Advogado	936.135.801-44	Conselheiro	19/01/2012	1 ano	Não se Aplica	Sim
Adolpho Vaz de Arruda Neto	44 anos	Administrador de Empresas	074.416.798-18	Conselheiro			Não se Aplica	

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Paulo F. Gross	15-01-43	Engenheiro	000.580.170-20	Efetivo	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
Pedro P. de Souza	05-08-48	Contador	181.558.207-34	Efetivo	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
Launer O. Gonçalves	09-10-43	Contador	054.820.200-10	Efetivo	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
Sérgio M de Moraes	29-03-51	Contador	123.518.300-91	Suplente	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
Suzana .de Oliveira	09-11-76	Administradora	910.165.250/87	Suplente	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim
Julio C. Ruzzarin	30-07-48	Advogado	051.479.130-68	Suplente	27-05-2011	1 ano	Não se aplica	sim

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael Ceitlin	30-06-61	Engenheiro	295.996.600-72	Diretor Superintendente	27-05-11	1 ano	Pres. do Cons. Adm. Diretor de RI	Sim
Julio C. Camara	08-05-65	Contador	438.373.870-20	Diretor Geral Personal Care	27-05-11	1 ano	Não se aplica	sim
Marcelo F. de Freitas	16-03-68	Contador	526.944.020-20	Diretor Adm e Financeiro	27-05-11	1 ano	Não se aplica	sim

12.7 FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS.

Não aplicável.

12.8 CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin. Membro do Conselho de Administração e Diretoria da Mundial S/A desde 1993, Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura; em 1993 foi eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente; atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Paulo Roberto Leke. Membro do Conselho de Administração desde 2009. Economista e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do RGS em 1965 e 1968 respectivamente, extensão universitária na Faculdade de Mannheim (Alemanha) em 1972. De 1977 a 1982 – Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdau; 1982-1989 – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL AS; 1990-1994 – Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; 1994-1997 – Diretor Corporativo de Finanças e Controle do Grupo Eberle Mundial; 1997 Sócio de Leke + Gross Consultores Associados; Atividades Atuais: Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A; Vice-Presidente do Conselho de Administração de Mundial S.A. e Hercules S.A.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getulio Vargas (1966); especialização Insead (França) – Insead Advanced Management Programs; Insead – European Capital Markets; New York University- USA Capital Markets – Experiências profissionais: Ecotec Economia e Engenharia Industrial S.A; FINEP/PNTE – Ministério do Planejamento; BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz, entre dezenas de outras.

Edson Queiroz Barcelos Junior. Membro do Conselho de Administração, Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2002. Ocupação Principal: Sócio Sênior do Escritório Eduardo Ferrão Advogados Associados, desde 2003. Área de atuação: Tribunais Superiores. Ramo de Atuação: Direito Constitucional, Tributário, Econômico, Empresarial e Bancário.

Adolpho Vaz de Arruda Neto. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul. – Sócio Gerente responsável pela administração geral da Empresa Pauli Pecuária e Empreendimentos Ltda.; membro do Conselho deliberativo e Sócio Proprietário do Empreendimento Condomínio Cetenco Plaza; de 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais,

Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registros; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

DIRETORIA

Michael Lenn Ceitlin. Membro do Conselho de Administração e Diretoria da Mundial S/A desde 1993, Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura; em 1993 foi eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente; atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor estatutário, eleito pelo Conselho de Administração desde 2007. Contador formado pela Faculdade Riograndense – FARGS em 2001; Pós Graduação MBA – em Gestão Empresarial na Universidade Federal RS em 2005; Pós Graduação MBA em Finanças Empresariais na FGV em 2007. Iniciou suas atividades no Grupo ZIVI, atualmente Mundial, em 1986. Exerceu as funções de subchefe do Contas a receber, Analista Contábil, Chefe da Contabilidade Societária, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Julio Cesar Camara – Diretor estatutário, eleito pelo Conselho de Administração desde 1998. Contador formado pela Faculdade Integrada de Santa Cruz do Sul. Pós Graduado em Controladoria e Finanças pela Faculdade de Criciúma (SC), especialização em Orçamento empresarial pela FGV/RJ, com diversos cursos de especialização em Gestão de Empresarial e Administração. Iniciou suas atividades na Companhia em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, em 2007 exerceu o cargo de Diretor de Planejamento e Controle e atualmente exerce o cargo de Diretor Geral Personal Care das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Paulo Fernando Gross – Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembléia Geral Ordinária em 2011. Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal do RGS, Pós Graduação em Finanças pela UFRGS; Extensão Universitária em Produção Industrial pela Federation of British Industry – Londres – Inglaterra; Certificado Nacional de Profissional de Investimento APIMEC. Formação profissional: 1964-1979 – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; 1979-1983 – Chefe de Departamento do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES; 1983-1985 – Diretor de Crédito Iochpe de Investimento; 1986-1988 – Diretor Corporativo Cia. Iochpe de Participações; 1989-1992 – Diretor Superintendente do Banco Iochpe S.A ; 1992-1997 – Diretor Geral do banco BCR – banco de Crédito Real AS ; 1997 em diante Sócio de Leke + Gross Consultores Associados.

Pedro Paulo de Souza - Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral Ordinária em 2011. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Sociais Clovis Bevilacqua. Formação profissional: Escritório de Contabilidade Lusitania Ltda. - Auxiliar de Serviços Gerais – de 1962 a 1969; Escritório de Contabilidade Guaracy Ltda. - Chefe do Departamento Pessoal – de 1969 a 1972; Forjas Brasileiras SI A - Indústria Metalúrgica - Contador Geral – de 1972 a 2003; Adler S.A. - Participações Societárias - Contador - desde 1972; VIC D.T.V.M S.A.- Contador - desde 1986; Unipar S.A.- Conselheiro Fiscal - desde 2001;

Launer de Oliveira Gonçalves - Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral Ordinária em 2011. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Portoalegrense de Ciências Contábeis e Atuariais. Formação profissional: Termolar S.A., diversas funções na administração – 1965 a 1979; Edisa S.A. Gerente contábil – 1979 a 1984; Riocell S.A. Gerente Contábil 1984 a 1997; Consultor de empresas nas áreas contábil, fiscal e societária.

12.9 INFORMAR A EXISTENCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;
- b. controlador direto ou indireto do emissor;
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relação.

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

Em que pese a Companhia ainda não ter implementado a remuneração variável para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a companhia acredita que o principal desafio na gestão de pessoas em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado, associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados. Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

A Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e da geração de caixa (EBITDA) assim como pelo resultado da avaliação de desempenho individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 anos são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e da geração de caixa (EBITDA) - são os que a companhia entende melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não se aplica.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Remuneração segregada em :

Remuneração fixa anual, segregada em:

Salário ou pró-labore

Benefícios diretos e indiretos

Remuneração por participação em comitês

Outros

Remuneração variável, segregada em:

Bônus

Participação nos resultados

Remuneração por participação em reuniões

Comissões

Outros

Benefícios pós-emprego

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Remuneração baseado em ações

D. Valor por órgão da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

E. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

<i>Membros</i>	<i>Nº</i>	<i>R\$</i>	<i>Bônus</i>	<i>Ações</i>	<i>R\$</i>
<i>2011</i>					
<i>Conselho de Administração</i>	<i>3</i>	<i>1.386.000,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.386.000,00</i>
<i>Diretoria</i>	<i>3</i>	<i>1.306.800,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.306.800,00</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>3</i>	<i>316.8000,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>316.800,00</i>
<i>2012</i>					
<i>Conselho de Administração</i>	<i>5</i>	<i>1.341.308,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.341.308,00</i>
<i>Diretoria</i>	<i>2</i>	<i>990.528,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>990.528,00</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>3</i>	<i>316.800,00</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>316.800,00</i>